

Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Birigui/SP, 21 de novembro de 2016.

Ofício Especial

Assunto: Manifestação à Impugnação pela empresa NORONHA & NORONHA COMÉRCIO DE GASES LTDA EPP, ao edital do Pregão Presencial nº 113/2016.

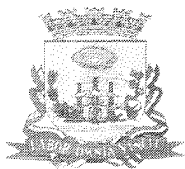
Senhor Licitante:

Informo que, respaldada pelas manifestações da Secretaria de Saúde e Secretaria de Negócios Jurídicos, decido pelo indeferimento do pedido de Impugnação apresentado por esta conceituada empresa ao Edital do Pregão Presencial nº 113/2016, que objetiva registro de preços objetivando a contratação de empresa especializada para locação de aparelho concentrador de oxigênio e fornecimento de oxigênio medicinal, destinados a Secretaria de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

Informa a empresa impugnante **NORONHA & NORONHA** que:

[...] ocorre que ao analisar o edital retificado datado de 09/11/2016 relativamente aos itens 1.1 e 1.1.1, a impugnante vem através do presente requerer que avaliem esta peça de impugnação e consequentemente reavaliem o presente edital. Esta comissão de licitação ao analisar e deferir as últimas impugnações interpostas por outras empresas, acabou acatando sugestão de inclusão de novo documento que restringe a participação de concorrentes para o item 2 do anexo I relativamente à locação e aparelhos de concentradores. O documento chamado AFE (Autorização de funcionamento de empresa) expedido pela ANVISA que controla os equipamentos correlatos, já existe há algum tempo no mercado e atualmente apenas uma minoria de empresas possui o mesmo, entre eles os maiores fabricantes de gases e equipamentos existentes no Brasil. A exclusão da exigência deste documento possibilita a participação no processo de um maior número de concorrentes, resguardando a qualificação necessária à prestação dos serviços e corroborando com § 1º do art. 3º da lei 8666/93 o qual proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório. Cabe lembrar que no edital, é exigido a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica da licitante, documento imprescindível para avaliação de qualidade e desempenho dos serviços e equipamentos ofertados.

[...] A bem da verdade e para vosso conhecimento a finalidade desta AFE de equipamentos correlatos se restringe as seguintes finalidades:



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

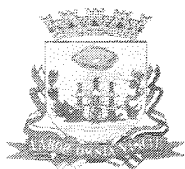
armazenar, distribuir, expedir transportar produtos para saúde. Caso a empresa que sugeriu a inclusão deste documento venha a participar e vencer a disputa sozinha, vocês terão como fiscalizar se de fato será ela que venha entregar os concentradores? Esta empresa pode possuir a AFE de equipamentos para correlatos, porém pode contratar um terceiro, como é de costume, para proceder às entregas dos equipamentos pela legislação a empresa terceirizada também é obrigada a possuir o documento. Observem que os fatos são complicados e difíceis de controlar, por esta razão a grande maioria das Prefeituras não exigem tal documento, pois não compromete em nada com a qualidade do equipamento, não havendo qualquer modificação do mesmo. Para vosso conhecimento, apesar das exigências do referido documento, em nossa região nenhuma Prefeitura ao realizar suas licitações com as mesmas intenções, nunca fizeram a exigência da AFE para a locação dos concentradores.

[...] Com relação a exigência da AFE para o fornecimento de gases medicinais, no caso da empresa ser distribuidora, deve ser exigida e apresentada a AFE pertinente a empresa fabricante/envasadora, juntamente com documento em papel timbrado do fabricante/envasador assinado pelo responsável da mesma, com firma reconhecida, original ou em cópia autenticada, atestando que a empresa distribuidora autorizada deste fabricante/envasador, sob pena de decair do direito de assinatura da ata, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis, devendo nesse caso, apresentar também declaração de que se compromete a entregar os cilindros de gases medicinais com o lacre do fabricante mencionado. No ofício especial datado de 09/11/2016 publicado no site desta Prefeitura, fica claro que “as empresas que somente são distribuidores dos cilindros não necessitam apresentar a autorização”. Embora a legislação não obrigue o distribuidor a possuir a AFE, esta deve ser exigida do Fabricante ou envasador que vende para o distribuidor.

Sugere então a alteração da redação do item 1.1.1 passando a constar, nos termos expostos:

1 – Da empresa vencedora deverá ser exigido para assinatura do contrato o seguinte:

- a) Apresentar a AF (Autorização de funcionamento da empresa) expedida pela ANVISA, conforme exigência da Resolução RDC nº 9 de 04 de março de 2010, em seu nome, quando tratar-se de fabricante ou envasado e cumprir com os requerimentos de Boas Práticas de Fabricação estabelecidas pela RDC nº 69/2008 alterada pela RDC 9 de 04 de março de 2010. Caso a empresa não esteja com a AFE ou Boas Práticas de Fabricação regularizadas, será aceita cópia autenticada da petição de regularização ou protocolo que comprove que a empresa já fez a solicitação junto a ANVISA (com base nas leis nº 6360 de 23/09/76, nº 6437 de 20/08/1977 e nº 5991 de 17/12/1973).
- b) No caso da empresa ser distribuidor, poderá apresentar a AFE do



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

fabricante, juntamente com o documento em papel timbrado, do fabricante ou envasador, assinado pelo responsável da mesma (com firma reconhecida), original ou em cópia autenticada, atestando que a empresa é distribuidora autorizada deste fabricante, ou envasador, sob pena de decair do direito à assinatura da ata, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis. Devendo neste caso, apresentar também declaração que se compromete a entregar os cilindros de gases medicinais com o lacre do fabricante mencionado.

Sugere também a exclusão do texto original do edital retificado a seguinte frase: “Tal certificado é exigido ao vencedor do item nº 02 do anexo I, e no caso do vencedor do item nº 01, a exigência limita-se às empresas fabricantes de gases medicinais ou que participem em algum momento do processo de envase, não contemplando as que somente distribuem o objeto”.

Ao ser questionada, a Secretaria de Saúde através do Sr. Lucas Anderson Catarin, Chefe da Seção de Enfermagem, Layane Nayara R. Lopes, Enfermeira e Soraya Moysés Fernandes Avelino, Diretora do Depto Médico e de Enfermagem, informou que a comissão se mantém com o mesmo posicionamento, **e o edital permanecerá como está sem nenhuma alteração, conforme Ofício nº 147/2016 que segue anexo.**

A Secretaria de Negócios Jurídicos, consultada, corroborou tal posicionamento.

Desta forma, ficam as informações constantes no edital de Pregão Presencial de nº 113/2016, inalteradas e sua realização na data e horário previstos inicialmente no edital em supra.

Certos de v/ especial atenção e de pronto atendimento, subscrevemo-nos, mui Atenciosamente.

Renata Aparecida Natal Zago

Pregoeira Oficial